



SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: PERCURSOS TRILHADOS E DESAFIOS À INVESTIGAÇÃO

Social Work and Work: Trailed Routes and Research Challenges

Hiago Trindade*

<http://orcid.org/0000-0003-0462-4868>

RESUMO

Neste artigo, recuperamos alguns estudos desenvolvidos no âmbito do Serviço Social, preocupados em desvelar as determinações que dinamizam o mundo do trabalho na sociedade contemporânea. Posteriormente, indicamos alguns temas que despontam como desafios investigativos na atual conjuntura. Concluímos demarcando a importância de dar continuidade às pesquisas neste campo temático, como uma ação para fundamental para compreender a realidade e seus impactos para o trabalho profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Trabalho. Pesquisa.

ABSTRACT

In this article, we retrieve some studies developed within the scope of Social Work, concerned with unveiling the determinations that dynamize the world of work in contemporary society. Subsequently, we indicate some themes that emerge as investigative challenges in the current situation. We conclude by demarcating the importance of continuing research in this thematic field, as an essential action to understand the reality and its impacts on professional work.

KEYWORDS

Social Work. Work. Search.

Submetido em: 21/4/2020.

Aceito em: 12/11/2020.

INTRODUÇÃO

Os estudos e investigações acerca dos temas relacionados ao mundo do trabalho vêm se desenvolvendo nas mais diversas áreas do conhecimento, impulsionados, em grande medida, pelo conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas processadas nas últimas décadas.

* Assistente Social. Doutor em Serviço Social. Professor Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG - Campus Sousa). Rodovia Governador Antônio Mariz, Km 230, campus Universitário Sousa, Campina Grande - PB, 58428-830 E-mail: hiagolira@hotmail.com.

DOI 10.22422/temporalis.2020v20n40p250-267



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

De fato, na medida em que se desenvolve, o capitalismo acirra contradições e altera fortemente o mundo do trabalho e a morfologia da classe trabalhadora. Em seu estudo mais recente, Ricardo Antunes (2018a) chama atenção para essas transformações, sobretudo em relação às mudanças provocadas pela expansão do setor de serviços e pelas relações laborais estabelecidas nesse espaço, mudanças que são fortemente marcadas pela precarização do trabalho em suas múltiplas dimensões. Diante desse contexto, importantes contribuições teóricas têm vindo à tona como forma de adensar o debate estabelecido e responder aos questionamentos por ele suscitados, dinamizando e apresentando inúmeros desafios ao campo da produção do conhecimento.

Do ponto de vista mais geral, Bridi, Braga e Santana (2018) realizaram um balanço dos caminhos trilhados pela Sociologia do Trabalho no Brasil nos últimos 30 anos, indicando como as pesquisas foram desenvolvidas ansiando contribuir para dar respostas às questões e dilemas vivenciados pelo país. Assim, a observação desse lapso temporal nos sintoniza com os debates sobre a crise da sociedade do trabalho, instaurada mais intensamente nos anos 1980, sobre as reconfigurações do trabalho a partir das reestruturações produtivas, ao longo dos anos 1990, sobre o feitio do trabalho em meio ao contexto de (neo)desenvolvimentismo, instalado nos anos 2000, e sobre as discussões mais recentes, observando as condições e relações laborais nos ramos da tecnologia e as *ampliações* verificadas no interior da classe trabalhadora, a partir do surgimento de novos segmentos de classe, como o precariado.

Esse conjunto de campos e de temas, deslindados a partir de uma rica diversidade de pesquisas empíricas, recortes e análises, também constituem objetos de investigação no âmbito do Serviço Social, e, por isso mesmo, a comunidade acadêmica dessa área tem contribuído, sobremaneira, com a compreensão das múltiplas determinações do trabalho na realidade nacional e com a busca de respostas prático-políticas para enfrentar os desafios nela existentes. Nesse contexto:

Ganham relevâncias as pesquisas de assistentes sociais que, em determinadas temáticas, extrapolam as “divisas internas” do debate endógeno da área e estabelecem interlocuções significativas com as ciências sociais. Diante disso, consideramos que as assimilações das *categorias da crítica da economia política* (ainda em andamento no Serviço Social e com longo caminho de aprimoramento pela frente) são avanços no atual cenário das ciências sociais, pois estas, na atualidade, em alguns casos, buscam eliminar ou reduzir as pesquisas sobre a exploração da força de trabalho e sua condição de mercadoria especial produtora de valor (LARA, 2016, p. 210).

Dessa forma, nas últimas décadas, o Serviço Social edificou um acúmulo intelectual importante no que tange à compreensão da “categoria” trabalho – e o vem fazendo, como reforça Lara (2016), à luz das contribuições hauridas com a crítica da economia política. Assim, é preciso reconhecer que, no trato com a categoria “trabalho” (mas não apenas), o Serviço Social desenvolve pesquisas que rompem as suas “divisas internas”, buscando investigar as determinações macroscópicas da realidade social para, então, oferecer subsídios consistentes à análise das situações concretas, e, igualmente, para reconstruir as particularidades da profissão a partir do que é observado.

Tendo em vista essas informações, em um primeiro momento deste artigo pretendemos fazer um balanço de algumas produções teóricas do Serviço Social brasileiro, elaboradas para favorecer a compreensão das diversas transformações registradas no mundo do trabalho. Para tanto, oferecemos um panorama de algumas obras e autores(as) que, em nosso entendimento, são notórias nessa investida, tanto no que se refere às leituras de ordem mais geral sobre as configurações e as determinações do trabalho na sociedade capitalista, quanto no que diz respeito às mediações e impactos no campo do trabalho profissional do assistente social.

Tal balanço nos permite entender os caminhos já trilhados pelo Serviço Social, especificamente no tratamento oferecido à compreensão do mundo do trabalho. Contudo, como sabemos, na realidade hodierna, novas questões estão sendo postas e repostas a partir das configurações assumidas pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido, o Serviço Social brasileiro necessita observar estas questões, atentando-se às mesmas para seguir oferecendo contribuições teóricas relevantes ao debate nesse campo temático. Por isso, no segundo momento deste artigo apresentamos alguns temas e eixos que despontam como desafios investigativos à compreensão do mundo do trabalho, destacando a importância desses debates para o Serviço Social, em particular.

SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: PERCURSOS TRILHADOS

De acordo com Sérgio Lessa (2012), a categoria “trabalho” tem estado, há bastante tempo, na mira do universo intelectual de diversas áreas. Para ele, o trabalho “[...] é já um tema filosófico da maior importância; sempre teve ressonâncias na educação, na ciência política e na economia e, mais recentemente, passou a constituir preocupação entre os Assistentes Sociais” (LESSA, 2012, p. 40).

De fato, sabemos que a formação profissional em Serviço Social envolve a abordagem de diversas categorias, dentre elas o trabalho, cujo entendimento é imprescindível para a capacitação de profissionais que exerçam um “[...] rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social [...]” (ABEPSS, 1996, p. 6) e que adotem uma “[...] teoria social crítica capaz de propiciar a apreensão da totalidade social, em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade”, como consta nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996, p. 6).

A reflexão sobre esse tema atravessa muitas discussões ocorridas em sala de aula e, também, em outros espaços de formação, até mesmo porque é possível afirmar que os eixos que dão materialidade às Diretrizes Curriculares da ABEPSS reivindicam o entendimento da categoria “trabalho”. Ademais, há de se registrar que a aproximação e maturação das ideias marxianas e marxistas no interior da profissão – para o que foi fundamental o movimento de reconceituação do Serviço Social – foram essenciais nesse processo, haja vista os esforços que, desde então, têm sido materializados pelos agentes profissionais filiados a essa tradição com o intuito de demarcar a imprescindibilidade do trabalho no entendimento das relações sociais estabelecidas e, conseqüentemente, da “questão social” e de suas expressões polifórmicas, “objeto” sobre o qual intervém o assistente social.

Assim, no transcorrer dos tempos, a profissão foi estabelecendo um quadro de maturação teórica e política que reverberou significativamente na compreensão e no acúmulo sobre os temas relacionados à categoria “trabalho”. Nessa direção, não consideramos exagerado afirmar que os estudos desenvolvidos no âmbito do Serviço Social brasileiro têm oferecido contribuições importantes para desvelar as determinações que o mundo do trabalho vem assumindo na contemporaneidade. Nesse sentido, a agenda de estudos e pesquisas dessa profissão se constrói atenta à preocupação em desvelar a configuração da nova morfologia do trabalho e as repercussões que daí podem derivar para a sociedade, em geral, e para a profissão, em específico.

Também não consideramos exagero defender que esses estudos e pesquisas se inscrevem em um campo de preocupações que extrapolam a profissão, e que, portanto, alimentam-se das contribuições e avanços registrados em outras áreas do conhecimento, notadamente no âmbito da Sociologia do Trabalho, sobretudo aqueles setores que direcionam suas análises a partir do reconhecimento da *centralidade do trabalho* na constituição da sociedade, e que, igualmente, reafirmam a importância da *teoria do valor-trabalho* (desenvolvida, especialmente, no âmbito da tradição marxista) como aporte imprescindível para desvelar corretamente a situação da classe trabalhadora no Brasil.

Em verdade, o Serviço Social tem produzido uma massa crítica, cuja produção – no que tange aos estudos sobre o trabalho, mas não apenas – tem ressoado pela profissão e para além dela. No entanto, é preciso destacar: trata de uma produção intelectualmente referenciada e socialmente interessada.

Ela é intelectualmente referenciada porque, mesmo que se registrem diferentes perspectivas e direcionamentos nas formas de abordagem das temáticas, há um elemento que parece prevalecer nas elaborações teóricas do Serviço Social, empenhadas em desvelar o mundo do trabalho¹: elas se estruturam seguindo “[...] a linhagem crítica que resiste aos encantos dos desconstrutores do trabalho, cujo mito um dia quis nos antecipar que o trabalho havia perdido sua relevância social e sua centralidade” (ANTUNES, 2018b, p. 9).

E também não é desinteressada. Como demonstra Ana Elizabete Mota (2016), a produção intelectual brasileira do Serviço Social vem se desenvolvendo superando os indicativos imediatos da intervenção profissional, sintonizando-se com os interesses das forças de progressistas e de esquerda no país, produzindo um acúmulo significativo.

No âmbito do Serviço Social, esses estudos, certamente, vêm sendo favorecidos, dentre outros fatores, devido à existência de grupos de estudos e pesquisas na área (até mesmo de caráter interdisciplinar), pelo amadurecimento das linhas de investigação no âmbito dos programas de pós-graduação, pela destacada qualidade dos materiais bibliográficos que têm sido produzidos e pela abordagem recorrente dessa categoria nos encontros e espaços de organização da categoria profissional.

Particularmente no âmbito da ABEPSS, o ano de 2009 marca um momento importante, uma vez que se registra a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP), e, dentre eles, aquele intitulado “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”, que surge, assim como os

¹ O que não nega, também, as investidas que se circunscrevem a partir de outras matizes do pensamento.

demais, como uma “[...] possibilidade de construção de espaços privilegiados para a reflexão teórica e estímulo efetivo para a elaboração, produção e circulação de conhecimento [...]” (ABEPSS, 2009, p. 10), além de se constituir como uma estratégia relevante para a consolidação da ABEPSS enquanto organização acadêmico-científica. Nessa direção, a partir de um esforço coletivo, elaborou-se uma ementa com vistas a oferecer um escopo dos temas de interesse do GTP. Senão, vejamos:

Trabalho e ser social. Crítica da economia política. Produção e reprodução da vida social. Aspectos econômicos, políticos e culturais e seus desdobramentos no quadro da pobreza e da desigualdade social. Divisão do trabalho no capitalismo mundializado e os fundamentos da lei do desenvolvimento desigual e combinado. Especificidades regionais e as expressões da questão social, reveladoras da condição dependente e subordinada dos países da América Latina. Elementos constitutivos da reestruturação produtiva do capital e suas repercussões no mundo do trabalho. Trabalho e formas de exploração contemporâneas. Sujeitos sociais, práticas de classe e direitos do trabalho. Cultura do trabalho no século XXI. Políticas sociais e trabalho. Relações de trabalho do assistente social (ABEPSS, ([2013]), p. 1).

Como se nota, a ementa do GTP “Trabalho, questão social e Serviço Social” da ABEPSS contempla um conjunto de eixos, abordagens e aspectos que abarcam temas fulcrais para os pesquisadores da área interessados em desenvolver suas investigações nesse campo temático.

Assim, o conhecimento profundo acerca das formas de existência e organização das classes sociais e das configurações assumidas pela nova morfologia do trabalho na sociedade brasileira é um tema da maior importância para os assistentes sociais. Por isso, ao problematizar o sentido e a direção da formação profissional em Serviço Social, ainda nos anos 1990, Marilda Iamamoto enfatiza que o debate acerca do trabalho deveria adquirir “[...] uma *centralidade no processo de formação profissional*, porque têm uma centralidade na contemporaneidade da vida social” (IAMAMOTO, 2015, p. 180, grifos da autora).

Nessa direção, ao realizarem um apanhado das produções teóricas sobre a categoria “trabalho” nos principais periódicos da área no Brasil, os estudos de Lara (2008) e, mais recentemente, de França Júnior (2018) validam a diversidade de temas e eixos que atravessam as discussões nesse campo, além da sintonia que apresentam com as questões que interpelam a realidade hodierna. Igualmente, a partir do relatório do GTP (ABEPSS, [2013]) citado anteriormente (produzido pela gestão 2012-2014), deparamo-nos com uma sistematização de dados que aponta as produções socializadas em importantes periódicos da área, e as ênfases dadas às pesquisas realizadas em cada uma das regiões do país, fornecendo-nos um instigante “estado da arte” capaz de nos desvelar, dentre outros aspectos, que é necessária a realização de investigações para se suprir as lacunas nesse campo temático no atual momento histórico.

Destarte, a fim de *ilustrar* os percursos já trilhados pelo Serviço Social brasileiro em suas investidas em decifrar as configurações do mundo do trabalho e da classe trabalhadora, mencionaremos alguns estudos de pesquisadores e pesquisadoras da área responsáveis por circunscreverem suas investigações nesse campo temático. Por certo, nos limites deste artigo não conseguiríamos registrar toda a diversidade de sujeitos e de recortes

temáticos existentes no âmbito da produção intelectual da profissão no Brasil. Assim, a eleição dos textos e dos(as) autores(as) abaixo sumariados(as) se realiza tendo em vista a incorporação dos expoentes que têm se notabilizado no debate travado no interior da própria profissão a respeito da qualificação do Serviço Social como trabalho², e, também, de autores(as) da área que produziram formulações em campos mais gerais sobre o trabalho (reestruturação produtiva, gênero, saúde do trabalhador, informalidade, etc.) e que tiveram seus estudos convertidos em livros com expressivo alcance na profissão.

Dessa forma, temos consciência que os textos e autores(as) invocados(as) *não esgotam os debates e os recortes temáticos* existentes no interior da profissão, mas acreditamos que circunscrevem uma diversidade de temas capazes de dar prova dos avanços já registrados na área.³

Os estudos de Gilmaísa Costa (2011; 2017), sobretudo a partir de sua interlocução com as contribuições de Georg Lukács, apresentam notável relevância para o Serviço Social e têm permitido avançar o debate acerca da ontologia do Ser Social, da individuação e das relações entre trabalho e ética. Especificamente no âmbito do debate profissional, a autora supramencionada tem uma interessante contribuição, inscrita no marco dos debates que se desenvolveram a partir da direção tomada pelas Diretrizes Curriculares de 1996, na qual enquadra o Serviço Social como um complexo ideológico que transita entre as ideologias simples e complexas (COSTA, 2011).

Mais recentemente no campo do Serviço Social, também tem ganhado ressonância as reflexões de Sérgio Lessa, dentre as quais nos parece ser digna de menção o livro “Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo” (LESSA, 2011). Na obra, além do autor polemizar com a concepção de trabalho prevalecente na Educação e no Serviço Social⁴, reanimando o debate no âmbito da categoria, também fornece, a partir de uma leitura atenta do livro primeiro “d’O capital”, um conjunto de aportes teórico-metodológicos fundamentais para decifrar o sentido do trabalho no modo de produção capitalista.

Em polêmica com os autores supramencionados, é incontestável a contribuição de Marilda Iamamoto para situar o Serviço Social enquanto uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e para enquadrar o assistente social como um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho para sobreviver, inserindo-se em diferentes processos de trabalho marcados por condições de precarização, alienação e por todos os imperativos que guiam o modo de reprodução capitalista (IAMAMOTO, 2011; 2013; 2015).

A compreensão estabelecida por Iamamoto é, certamente, significativa e, a partir dos pressupostos por ela sistematizados no marco dos anos 1980, podemos observar um movimento interessante de diversos autores(as) da área que retomam, aprofundam e

² Debate que dinamizou a construção das diretrizes de 1996.

³ Aos leitores interessados em ter uma apreensão mais ampla e detalhada sobre os temas e as abordagens presentes na profissão, remetemo-nos aos textos de Lara (2008) e de França Júnior (2018) já indicados anteriormente.

⁴ Para este debate, também merece destaque o livro “Serviço Social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho”, no qual o autor defende a perspectiva de que o Serviço Social, por não operar transformações diretas na natureza, não pode ser considerado trabalho (LESSA, 2016).

avançam na problematização dos nexos entre Serviço Social e trabalho, considerando os múltiplos espaços sócio-ocupacionais ocupados pelos assistentes sociais. Os estudos de Vasconcelos (2014; 2015), Almeida e Alencar (2011), Siqueira (2013), dentre outros, são prova dessa assertiva. Mais recentemente, merece destaque a organização de Raichellis, Vicente e Albuquerque (2018), que apresenta – a partir de uma multiplicidade de análises – elementos interessantes para aprofundarmos as reflexões em questão, oferecendo-nos novas pistas sobre a conformação de uma *nova morfologia do trabalho e sua relação com o Serviço Social*.

As contribuições de Iamamoto, todavia, não se restringem unicamente à discussão do trabalho profissional do Serviço Social. Exemplo disso é a obra “Trabalho e indivíduo social” (IAMAMOTO, 2001), na qual a autora mergulha nos textos de Marx para expor os fundamentos ontológicos do Ser Social e demarca, a partir desta perspectiva, que é pelo trabalho que os homens e as mulheres se diferenciam da natureza e se complexificam mediante o atendimento de suas necessidades. Posteriormente, avança no entendimento da realidade dos trabalhadores inseridos na agroindústria canavieira de São Paulo, demonstrando aspectos fulcrais para demarcar as condições de vida e existência desses sujeitos e, igualmente, para afirmar a centralidade do trabalho na sociabilidade contemporânea.

No campo dos estudos de gênero, a obra de Cláudia Mazzei Nogueira é exemplar. Em um de seus principais livros, autora mergulha no universo do trabalho no setor de *telemarketing*, ramo este composto fundamentalmente por pessoas do sexo feminino, para demonstrar como a divisão sexual do trabalho interfere nas condições e relações de trabalho das mulheres (NOGUEIRA, 2006). Abordar o setor de *telemarketing* implica pensar em condições e relações de trabalho embaladas pelas formas precárias de inserção sociolaboral, pelos baixos salários, pela intensificação das atividades a partir das formas de gestão fortemente inspiradas nos princípios toyotistas, dentre um conjunto de outros aspectos que a autora apresenta com maestria, representando notável importância para analisar as condições de precarização do trabalho feminino.

Nessa direção, também poderíamos citar, a título de exemplo, a produção de Cisne (2012), com a problematização da relação entre gênero, Serviço Social e divisão sexual do trabalho. Outra pesquisadora da área que se notabiliza no debate a partir da relação trabalho/gênero é Gama (2014). Em seu livro, tendo por premissa o processo de feminização do mercado de trabalho, a autora analisa os conflitos produzidos a partir da relação entre o trabalho e as responsabilidades familiares. Também é mister indicar o estudo de Gouveia (2018), no qual a pesquisadora tece as mediações entre trabalho, gênero e saúde mental a partir da investigação das cuidadoras do *Care*, demonstrando que esta forma de inserção das mulheres no universo laboral passa por um processo de invisibilidade em consequência das inúmeras desigualdades que lhes acometem na sociabilidade capitalista-patriarcal.

Também se constitui uma referência indispensável para demarcar a importância das produções do Serviço Social brasileiro em torno das discussões sobre a categoria “trabalho”, a obra de Maria Augusta Tavares. Em “Os fios invisíveis da produção capitalista” (TAVARES, 2004), a autora envida um conjunto de esforços teórico-metodológicos para caracterizar a situação da *informalidade* que passa a se alastrar no

Brasil, de maneira muito acentuada, a partir dos anos 1990, demonstrando que o aumento da informalização ocorre em sintonia com os núcleos formais da economia, sobretudo pelos processos de terceirização, destacando a funcionalidade do setor informal para a manutenção e reprodução do sistema societal capitalista (posto que subordinado aos seus imperativos sócio-metabólicos).

A reestruturação produtiva também vem sendo pauta das investigações de assistentes sociais brasileiros, como podemos observar a partir da organização de “A nova fábrica de consensos”, por Ana Elizabete Mota (2014). Neste livro, uma série de reflexões são esboçadas, favorecendo-nos a compreensão acerca das transformações operadas no mundo do trabalho, notadamente a partir da substituição do padrão de produção fordista-keynesiano para o padrão de acumulação flexível, ocasionando mudanças expressivas nas formas de gestão e organização do trabalho a partir da incorporação dos princípios do *just-in-time*, *kanban*, das células de produção, etc.

Ademais, pensando essas reconfigurações do universo laboral, os estudos de Maranhão (2010), Sant’ana (2012), Boschetti (2016) e Lara (2017) – para citar apenas alguns – se inscrevem na investida de aprofundar as investigações sobre as categorias centrais da crítica da economia política, o que nos permite, com isso, avançar no entendimento das contradições que guiam o processo de desenvolvimento do capitalismo, tanto do ponto de vista geral quanto na realidade brasileira.

No campo da saúde do trabalhador, os estudos de Edvânia Lourenço são ilustrativos. Trata-se de uma temática da maior relevância no atual tempo histórico, em que as configurações destrutivas assumidas pelo modo de produção capitalista estão, cada vez com mais intensidade, degradando as condições de existência da classe trabalhadora. Partindo deste entendimento, a organização de “Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Serviço Social: estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo” (LOURENÇO, 2016) cumpre o objetivo de apontar os cenários, as questões e os dilemas enfrentados pelos trabalhadores em diversos espaços sócio-ocupacionais e situações, além de demonstrar, como sugere Oliveira (2016), o protagonismo do Serviço Social na produção científica desse campo temático na realidade brasileira.

Sem sombra de dúvidas, as obras até aqui referenciadas enfeixam – repetimos: sem esgotar – um conjunto de contribuições significativas, constituindo leituras carregadas de determinações relevantes para os que procuram conhecer, mais a fundo, o mundo do trabalho. Todavia, a despeito dos percursos trilhados no campo dos estudos sobre o trabalho no âmbito do Serviço Social, alguns desafios podem ser registrados, indicando a necessidade de realização e/ou aprofundamento das pesquisas na área, de trilhar novos e instigantes caminhos.

SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: DESAFIOS À INVESTIGAÇÃO

Como expusemos no item anterior, ao longo das últimas décadas o Serviço Social construiu um notável acúmulo teórico e ofereceu importantes pistas para desvendar o mundo do trabalho no Brasil. Por certo, no trato com a categoria “trabalho”, os percursos já trilhados pela profissão expressam um esforço histórico em manter firme uma agenda de estudos e pesquisas sintonizadas com as requisições e demandas da

realidade social, em geral, e da profissão, em específico. Todavia, como enfatizam Souza e Silva (2019):

Embora o serviço social tenha significativa e importante produção bibliográfica sobre a sociologia do trabalho, a questão social e o serviço social, ainda assim, é possível perceber que o momento atual exige esforços para interpretar os determinantes contemporâneos à luz da teoria social crítica e a sua feição particular para o serviço social (SOUZA; SILVA, 2019, p. 24).

Diante dessas novas determinações da realidade social, como pensar, então, a configuração e os desafios para a classe trabalhadora no Brasil? De fato, em nossas latitudes, acompanhando as tendências espraiadas em âmbito internacional, vivenciamos uma conjuntura cada vez mais regressiva no que tange ao mundo do trabalho. Em meio ao panorama de crise e de acirramento da ofensiva ultraneoliberal presente em toda a América Latina (por vezes encoberta por um manto reacionário), os direitos sociais e trabalhistas – frutos de importantes conquistas históricas da classe trabalhadora – vêm sendo alvo de progressivos desmontes, a precarização do trabalho se acentua e ganha novas formas, assim como as lutas travadas pela *classe-que-vive-do-trabalho*, para fazer alusão a Antunes (2011).

A citação de Souza e Silva (2019), destacada anteriormente, parte do reconhecimento dessas transformações e demarca a importância de realizar e/ou aprofundar as pesquisas com vistas a conhecê-las numa perspectiva de totalidade. Trata-se mesmo de um chamado à necessidade de empreender novas investigações para se avançar na construção de hipóteses sobre o atual momento histórico.

Nessa direção, a proposta deste item é indicar algumas pistas e desafios investigativos postos ao Serviço Social brasileiro no trato com o mundo do trabalho, observando tanto as contribuições mais amplas, quanto aquelas que incidem diretamente na a profissão. Por suposto, os eixos aqui mencionados não esgotam as possibilidades de pesquisa para a área, mas, em nosso entendimento, constituem temas latentes na atual conjuntura, a saber: a) a elevação dos índices de precarização do trabalho provocados pela contrarreforma trabalhista e seus impactos para a configuração do mercado de trabalho dos assistentes sociais; b) o entendimento das modificações operadas na morfologia da classe trabalhadora brasileira, a partir do aparecimento do segmento denominado “preariado”; c) a análise do agravamento das múltiplas expressões da questão social para os trabalhadores diante da conjuntura instalada com a expansão do coronavírus no Brasil. Teceremos alguns comentários sobre estes temas a partir de agora.

Atualmente, a contrarreforma trabalhista verificada no Brasil é ilustrativa a respeito das investidas para provocar uma expansão da flexibilização no universo laboral. No conjunto das leis que lhe dá materialidade (especificamente as leis 13.429/2017 e 13.469/2017)⁵, observamos a regulamentação das formas de trabalho intermitente, terceirizado (para atividades fins) e autônomo, representando, sem dúvidas, um retrocesso no âmbito das

⁵ Esta “reforma” ganha forte impulso após o golpe sucedido no ano de 2016 e se consolida em 2017, com a aprovação do texto pelo Senado, animando vivamente a burguesia que, já há muito tempo, indicava, por meio de suas entidades representativas, um conjunto de medidas e proposições a serem observadas, como se vê, por exemplo, com as 101 propostas apresentadas pelo Conselho Nacional da Indústria (CNI).

condições e relações de trabalho dos brasileiros, dada a fragilidade dos princípios e direcionamentos norteadores dessas formas contratuais.

Em síntese, esses novos tipos de contratação representam, para os setores dominantes da sociedade brasileira, diferentes possibilidades de aviltamento e exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, maiores chances de arrolarem vantagens financeiras com a sua utilização. Dessa forma, o trabalho intermitente, terceirizado e autônomo se expande pelos diversos ramos e setores da sociedade, provocando impactos nas condições de existência dos trabalhadores, em suas dimensões objetivas e subjetivas (KREIN; OLIVEIRA, 2019).

É evidente que a tendência a alargar e intensificar as formas pelas quais se desenvolve a flexibilidade incide diretamente nos níveis de precarização do trabalho. Em verdade, *as modificações produzidas no marco das legislações trabalhistas têm como objetivo central criar um tipo e um modo de ser mais precarizado da classe trabalhadora global*. Nessa direção, ainda que a condição de precariedade não seja, em terras brasileiras, um fenômeno atrelado exclusivamente à contrarreforma trabalhista, está sendo responsável por fomentar e alargar, dentro de um quadro geral de precarização já existente, diferenciações de destaque entre alguns extratos da classe trabalhadora.

Diante dessa conjuntura, o Serviço Social se encontra ante o desafio de formular estudos e pesquisas para compreender mais detalhadamente, a partir da aprovação da contrarreforma trabalhista, como vem se processando a ampliação das desigualdades e a barbarização da vida social na realidade brasileira, sobretudo considerando as reverberações provocadas pelo “[...] congelamento do orçamento público por 20 anos, reajustado segundo o índice inflacionário [...]” (CFESS, 2017, não paginado), tal como alertou a edição do CFESS Manifesta que tratou do tema.

Nessa direção, também se revela um interessante (e necessário) mote de investigação para a profissão: averiguar como a referida contrarreforma impacta, especificamente, o assistente social e seu mercado de trabalho. No ano de 2005, vieram à tona os resultados da pesquisa intitulada “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional”. Produzida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a pesquisa condensou um conjunto de dados e informações da maior importância para descortinarmos a realidade do trabalho profissional do assistente social no Brasil, no que se refere, dentre outros elementos, às condições e relações de trabalho estabelecidas, a identidade profissional e ao conhecimento acerca das legislações profissionais.

Essa pesquisa representou um avanço inconteste para a profissão. Todavia, decorridos aproximadamente 15 anos de sua realização, os estudos nesse campo temático passaram a ser desenvolvidos, em maior proporção, tomando-se em conta apenas as realidades locais e/ou regionais (NETTO, 2016). Assim, carecemos de um esforço investigativo de relevo nacional, com vistas a demarcar a atual situação das condições e relações de trabalho dos assistentes sociais no Brasil, diante da nova fase de acumulação capitalista. Mais especificamente, trata-se de buscar e oferecer dados que consigam caracterizar o mercado de trabalho do assistente social no Brasil, observando como este vem sendo (re)configurado pelos desdobramentos da contrarreforma trabalhista aludida.

A compreensão dessa realidade e das novas determinações que ela apresenta não se mostra uma tarefa fácil, dada a complexidade de que estão revestidas, até mesmo pelo aparecimento de novas camadas de trabalhadores que complexificam ainda mais o proletariado, em suas dimensões de diversidade e heterogeneidade, a exemplo do precariado.

A discussão sobre o precariado é relativamente recente no Brasil. Contudo, desde que foi instaurada entre nós, vem ganhando a atenção e o tratamento teórico-analítico de renomados pesquisadores, sobretudo das Ciências Sociais. De modo geral, esse é um debate permeado por inúmeras polêmicas no que tange, por exemplo, à qualificação do precariado (BRAGA, 2012; ALVES, 2014), as suas formas de organização coletiva (BRAGA, 2015; 2017) e a pertinência ou não de utilizar o conceito no Brasil (DRUCK, 2018; MATTOS, 2019).

Diante desse quadro, o interesse pela temática também se faz visível, em maior ou menor intensidade, por parte de alguns assistentes sociais. No âmbito de nossas produções teóricas, já se faz *menção* ao precariado a partir do debate estabelecido no Brasil (Cf. por exemplo, PEREIRA *et al.*, 2015; MOTA; TAVARES, 2016; BEHRING, 2018), o que é da maior importância para demarcar o entendimento sobre a realidade na qual estamos inseridos, e, também, para pensar que conexões podem ser estabelecidas entre esse sujeito e a profissão. Todavia, as discussões sobre a temática do precariado no interior do Serviço Social ainda são *incipientes*⁶. Assim, entender a importância de promover estudos sobre o tema passa por assimilar algumas conexões traçadas entre ele e o serviço social.

Em espaços de debate e discussão, o professor José Paulo Netto (2013) alertou para a necessidade de levar a cabo um estudo rigoroso que se dispusesse a delinear a estrutura de classes na realidade brasileira. Nesse movimento, o autor destaca as transformações que estão acometendo a classe trabalhadora no Brasil, as quais são responsáveis por alargar, de maneira significativa, o conjunto de assalariados – sujeitos estes marcados por uma expressiva heterogeneidade que incorporam, mas vai muito além do típico operário fabril-industrial. Ao mesmo tempo em que apresenta essa ideia, demonstra a necessidade da realização de “[...] uma rigorosa análise da estrutura de classes no Brasil. [E acrescenta:] Nós temos muito pouco nesse sentido para a atualidade e, eu diria que esse é um imenso desafio, por exemplo, para os Cursos de Pós-graduação tratar de investir nessa pesquisa” (NETTO, 2013, p. 106).

Nesse sentido, ainda que tenhamos consciência que um estudo sobre o precariado não comporta a complexidade desse propósito, de maneira integral, entendemos que o exercício de desvelar o precariado, esta nova camada da classe trabalhadora, situando as tendências que animam o debate no Brasil, e demonstrando as disputas teórico-políticas presentes nas abordagens de distintos autores, coaduna-se, de alguma forma, com este esforço, concorrendo para indicar os desafios que se mostram a esse *novo proletariado*.

Ademais, se o precariado constitui um novo segmento da classe trabalhadora, seu entendimento é fulcral para captar corretamente a dinâmica da reprodução das classes,

⁶ Como também o comprova o exame realizado no âmbito da Plataforma Sucupira, onde, entre o lapso temporal de 2014 a 2019 só registramos a existência de 03 (três) trabalhos contendo como palavra-chave a expressão “precariado”.

seus embates políticos e, a partir disso, perceber os óbices e potencialidades apresentadas ao Serviço Social enquanto profissão inserida nessa malha contraditória. Isto porque, dentre outras questões, *as mudanças observadas na forma de existência da classe trabalhadora são responsáveis por redefinir as demandas profissionais*, uma vez que provocam o aprofundamento e/ou a modificação das expressões da questão social e, igualmente, o conjunto de instrumentos o qual recorreremos para intervir em meio a elas. Assim, *o precariado está atrelado com a complexificação e com o surgimento de novas expressões da questão social, promovendo implicações diversas para os assistentes sociais do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo*.

Dando continuidade à discussão, cabe-nos indicar outro desafio no âmbito das investigações levadas a cabo pelo Serviço Social para compreender o mundo do trabalho, a saber: averiguar os impactos sociais, jurídicos, políticos e econômicos ocasionados pelo coronavírus para a classe trabalhadora no Brasil. Isto porque, em meio à pandemia, os trabalhadores estão sendo extremamente prejudicados, sobretudo aqueles segmentos mais pauperizados, como os desempregados e os trabalhadores informais e/ou autônomos.

No que tange aos trabalhadores informais, os dados do segundo trimestre de 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), indicaram um aumento de cerca de 3,6% desse contingente em relação ao primeiro trimestre do mesmo ano. Isso significa reconhecer a existência de um expressivo número de homens e mulheres que, mesmo antes da pandemia, já estavam inseridos em deletérias relações de trabalho, com proventos extremamente reduzidos, incertos e trabalhando sem o atendimento a nenhum dos requisitos estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por isso, o quadro de avanço do coronavírus pelo Brasil aprofunda e complexifica ainda mais as incertezas, as carências e as inseguranças desses trabalhadores, sobretudo do ponto de vista sociolaboral.

Por seu turno, os desempregados correspondem a quase 12 milhões de trabalhadores, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - Contínua, janeiro de 2020) (IBGE, [2020]). Em geral, esses sujeitos não conseguem estabelecer a quarentena, uma vez que estão alijados de recursos financeiros e, muitas vezes, não têm condições de atenderem os mínimos cuidados de segurança e prevenção indicados pelas agências brasileiras de saúde. São, por isso mesmo, os maiores impactados com essa conjuntura, e, para alguns deles, as consequências por sua condição socioeconômica serão incomensuráveis.

Os exemplos supracitados comprovam que, no contexto de avanço da pandemia e em meio às decisões governamentais (majoritariamente condicionadas pelos imperativos da economia e das finanças), a classe trabalhadora vem tendo suas reais necessidades desconsideradas, ao mesmo tempo em que é acometida por um conjunto multifacetado de expressões da questão social (a partir de suas conexões e transversalidades com raça/etnia, geração e gênero), indicando um processo de ampliação da pauperização absoluta – tema que, certamente, deve ganhar a atenção dos assistentes sociais.

Nessa direção, temos o desafio de investigar o fenômeno da precarização do trabalho nesse contexto de pandemia, observando, também, a situação dos profissionais da saúde

– aí incluídos os assistentes sociais – que vêm passando por um processo de intensificação e sobrecarga laboral, pela degradação dos espaços sócio-ocupacionais e pelo corte de recursos que se traduzem, por exemplo, na ausência de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), dentre outros aspectos que dizem respeito à *saúde do trabalhador*.

Ainda no que tange aos temas para investigação neste campo, cabe problematizar a modalidade do teletrabalho, a qual, nessa conjuntura de avanço da covid-19, vem se expandindo, até mesmo entre os assistentes sociais. Recentemente, a Comissão de Orientação e Fiscalização do CFESS ratificou que “[...] a utilização das tecnologias para atendimento social está autorizada nesse momento específico. Contudo, [ênfatisa que] o tema carece de debates mais amplos” (CFESS, 2020, não paginado). Dessa forma, realizar estudos pensando essa modalidade de trabalho apresenta, neste momento, uma importância indiscutível, pois oferecerá subsídios teóricos para alimentar os debates necessários e identificar os limites, entraves e possibilidades desse tipo de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito do Serviço Social, as investigações sobre a classe trabalhadora no Brasil vêm tomando corpo a partir da realização de interessantes pesquisas. Tais pesquisas se estabelecem a partir de dois eixos principais: em um deles, observamos problematizações acerca da relação entre trabalho, questão social e Serviço Social, bem como da situação de trabalhador assalariado do assistente social. Em outro eixo, deparamo-nos com contribuições de ordem mais geral, preocupadas com as determinações do trabalho na sociabilidade capitalista e com a conformação de uma nova morfologia da classe trabalhadora. Tais contribuições demonstram o acúmulo alcançado pela profissão no trato com esse campo temático e atestam sua sintonia com as preocupações teórico-analíticas existentes no âmbito da sociologia do trabalho.

Assim, o desvelamento do mundo do trabalho importa ao Serviço Social do ponto de vista teórico, uma vez que contribui para elucidar um conjunto de determinações fulcrais para assimilar a realidade social, em geral, e as situações que acometem a classe trabalhadora, em específico. Mas, também importam à profissão do ponto de vista ético-político, porque a opção por uma sociedade sem dominação e exploração passa pela abolição de todas as formas de precarização do trabalho, e superar essa condição nos exige processar as questões postas na e pela realidade a partir do acúmulo intelectual existente (IAMAMOTO, 2015).

Por isso, nessa conjuntura, temos o desafio de aprofundar nossos estudos nesse campo temático, observando, em especial, os objetos aludidos anteriormente, a saber: a contrarreforma trabalhista, as alterações na morfologia da classe trabalhadora e os impactos ocasionados pelo coronavírus no mundo do trabalho no Brasil. Entendemos que o estudo sobre esses temas se apresentam como desafios teóricos, encerrando, por isso mesmo, campos temáticos profícuos para a profissão. Tal exercício irá permitir que o Serviço Social continue sintonizado com as preocupações que têm movido os estudos sobre o trabalho no Brasil, e, como corolário, que a profissão possa produzir subsídios e contribuições importantes aos estudiosos da área. Cumpre, agora, adensar esses debates e extrair deles as melhores conclusões e lições teóricas e políticas.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Lei de diretrizes curriculares de 1996**. Rio de Janeiro, 1996.

ABEPSS. **Relatório do Grupo Temático de Pesquisa: Trabalho, Questão Social e Serviço Social**. Brasília (DF), [2013]. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/trabalho-e-questao-social-relatorio-\(1\)-201808221709432692060.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/trabalho-e-questao-social-relatorio-(1)-201808221709432692060.pdf). Acesso em: 14 mar. 2019.

ABEPSS. **A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)**. Brasília (DF), 2009. Disponível em: https://diariodecampo.files.wordpress.com/2010/04/gtps_novembro_de_2009_final.pdf. Acesso em: 14 mar.2019.

ALMEIDA, N. L. T.; ALENCAR, M. M. T. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALVES, G. **Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru: Canal 6, 2014.

ANTUNES, R. Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018a.

ANTUNES, R. Prefácio. In: RAICHELIS, Rachel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018b.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, E. Crise do capital e defesa da seguridade social no Brasil: atualidade e limites da carta de Maceió após 15. In: CFESS (Org.). **5º Encontro Nacional Serviço Social e Seguridade Social**. Brasília: CFESS, 2018.

BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRAGA, R. **A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais**. São Paulo: Alameda, 2015.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012. (Mundo do trabalho).

BRIDI, M. A; BRAGA, R; SANTANA, M. A. Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas. In: **Revista Brasileira de Sociologia**. vol. 6, n. 12, 2018.

CFESS. **CFESS Manifesta**: os impactos do coronavírus no trabalho do/a assistente social. Brasília (DF), 2020. Disponível: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2020.

CFESS. **CFESS Manifesta edição especial**: a contrarreforma trabalhista. Brasília (DF), 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-CfessManifesta-ContrarreformaTrabalhista.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2020.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, G. M. **Serviço Social em Debate**: ser social, trabalho, ideologia. Maceió: EdUFAL, 2011.

COSTA, G. M. **Indivíduo e Sociedade**: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács. 3.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

DRUCK, G. A metamorfose das classes sociais no capitalismo contemporâneo: algumas reflexões. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 41, v. 16, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/36685/26317>. Acesso em: 4 jan. 2019.

FRANÇA JÚNIOR, R. P. **A Odisseia do Ser Social**: o mundo do trabalho nas produções científicas no Serviço Social brasileiro. Tese de Doutorado em Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2018.

GAMA, A. S. **Trabalho, família e gênero**: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. São Paulo: Cortez, 2014.

GOUVEIA, R. P. **Trabalho, Gênero e Saúde Mental**: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social e Relações Sociais no Brasil**: esboço de uma interpretação teórico-metológica. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. **Trabalho e Indivíduo Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE. **PNAD Continua: O que é.** Brasília (DF), [2020]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 1 abr. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/Divulgação Especial Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil.** Brasília (DF), 2019. Disponível em: ftp.ibge.gov.br/pnadc_201201_201603_trimestre_novos_indicadores. Acesso em: 10 ago. 2019.

KREIN, Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Para além do discurso: impactos efetivos da Reforma nas formas de contratação. In: KREIN, Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (Orgs.). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade.** Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

LARA, R. **História e Práxis Social: introdução aos complexos categoriais do ser social.** 1. ed. Bauru: Canal 6, 2017. (Projeto Editorial Práxis).

LARA, R. A dialética do trabalho: apontamentos sobre a teoria marxista do valor. In: MOTA, A. E. AMARAL, A. **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2016.

LARA, R. **A produção do conhecimento em serviço social: o mundo do trabalho em debate.** Tese (Doutorado em Serviço Social)-Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, 2008.

LESSA, S. **Serviço Social e trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho.** 4. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e Ser Social.** 3.ed. rev. cor. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2011.

LOURENÇO, E. A. S. **Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Serviço Social: Estudos da Relação Trabalho e Saúde no Capitalismo Contemporâneo.** Campinas: Papel Social, 2016.

MARANHÃO, C. H. Acumulação, Trabalho e Superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: Mota, Ana Elizabete. (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 2010.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo.** São Paulo: Boitempo, 2019.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: OLIVEIRA E SILVA, M. L. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos**: Ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2014.

MOTA, A. E.; TAVARES, M. A. Trabalho e expropriações contemporâneas. In: MOTA, A. E. AMARAL, A. Cenários, contradições e pelepas do Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, J. P. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: OLIVEIRA E SILVA, M. L. **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, J. P. A questão social na América Latina. In: GARCIA, M. L. T; RAIZER, E. C. **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano**. Vitória: EdUFES, 2013.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado**: São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, M. L. Prefácio. In: LOURENÇO, E. A. S. **Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Serviço Social**: Estudos da Relação Trabalho e Saúde no Capitalismo Contemporâneo. Campinas: Papel Social, 2016.

PEREIRA, E. *et al.* Educação, "neodesenvolvimentismo" e Serviço Social: os IFs em questão. **Serviço Social e Sociedade**, n. 122, 2015.

RAICHELIS, R; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho Bruto no Canavial**: questão agrária, assitência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

SIQUEIRA, J. F. **Serviço Social**: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, E.; SILVA, M. L. O. (Orgs.). **Trabalho, Questão Social e Serviço Social**: a Autofagia do Capital. São Paulo: Cortez, 2019.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

VASCONCELOS, A. M. **A/O assistente social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

VASCONCELOS, A. M. **A prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativas na área. São Paulo: Cortez, 2014.

Hiago Trindade

Professor Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG - Campus Sousa). Bacharel e Mestre em Serviço Social. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou como Assistente Social do Serviço Social do Comércio (SESC), desenvolvendo suas atividades no âmbito do programa Mesa Brasil em Mossoró-RN. Atuou como Professor Substituto na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atuou ainda como Professor da Universidade Potiguar (UnP).
